

Utilização das Informações de Custos na Gestão da Saúde Pública: Um Estudo na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Rio Paranaíba-MG

Use of Cost Information Management in the Public Health: A Study in the Municipal Health Secretariat of Rio Paranaíba – MG city

Cristiane Aparecida Rocha¹

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa

Edson Rodrigo de Almeida²

Mestre em Administração pela Faculdade Novos Horizontes

RESUMO

O setor público vem tendo uma notável relevância no âmbito econômico, destacando como uma figura essencial no gerenciamento de políticas públicas. A gestão de saúde merece maior destaque por ser um dos setores mais sensíveis da população. Novas exigências e obrigações dos gestores cresceram, surgindo a necessidade de gerenciamento de informações de custos que auxiliam na análise das variações e do comportamento do orçamento público determinando a estrutura dos serviços e a continuidade dos mesmos. Diante da importância das informações de custos no setor público este trabalho objetivou analisar como é o uso dessas informações dentro de uma secretaria municipal de saúde do município de Rio Paranaíba, estado de Minas Gerais no ano de 2015. Efetuou-se uma pesquisa descritiva, por meio de um estudo de caso, com abordagem qualitativa. Os dados foram coletados por meio da aplicação de um questionário estruturado junto aos gestores que atuam nas várias unidades da secretaria. Neste estudo, ficou evidenciado que os gestores da secretaria municipal de saúde de Rio Paranaíba praticamente não possuem informações sobre os custos devido à restrição de acesso às informações contábeis e gerenciais. A contabilidade é realizada, escriturada distante do local de atuação dos gestores o que dificulta a comunicação. É possível considerar que tanto os custos como as despesas, são reflexos dos movimentos exercidos pelos gestores de cada unidade da secretaria e que decisões são tomadas com base na percepção e na vivência do dia a dia do trabalho.

Palavras-chave: Contabilidade Pública. Custos. Gestão Pública.

ABSTRACT

The public sector has had a remarkable importance on the economic range, emphasizing as a essential figure in the management from the public policies. The health management deserves more distinction due to being the most sensitive sectors in the population. New demands and manager's obligations has grown, appearing the necessity of cost information management, which helps analysing the variations, and the public budget behavior, defining the service structure and the persistence from themselves. Before the costs information importance on the

¹ - Egressa do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Viçosa/CRP.

² - Professor do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Viçosa/CRP.

public sector, this paper had the objective to analyse how is the use from these informations inside the municipal health secretariat from the Rio Paranaíba county, Minas Gerais state, at the year of 2015. It has been made a descriptive research, using a case study, with a qualitative approach. The data was collected by applicating a structured questionnaire, together with the managers acting in several unities from the secretariat. It's been evidenced in this research that the managers from the municipal health secreteriat of Rio Paranaíba, practically don't have information about the costs due to the accounting and management access restrition. The accounting is realized far away from the place where the managers act, making the communication hard. It's possible to to consider that both the costs and expenses are reflections from the movements exercised by the managers of each unit from the secretariat and that decisions are made according to their perception and daily life situations at work.

Key words: Public Accounting. Costs. Public Management.

1 INTRODUÇÃO

O Setor Público no Brasil tem por finalidade atender às necessidades dos cidadãos, tais como saúde, educação, segurança e outros. Estas necessidades, comumente, são marcadas por problemas relacionados à sua gestão, falta de informações e planejamento do orçamento, inabilidade em atingir seus objetivos, alto nível de gastos e má distribuição dos recursos disponíveis (KOHAMA, 2014).

Segundo Carvalho (2010) a contabilidade aplicada ao setor público é uma ferramenta de alta gestão e de controle das ações da sociedade, ou seja, é a escrituração de sua movimentação financeira, com exibição do patrimônio e suas variações, acompanhando e demonstrando a aplicação do orçamento. É necessário ainda que se busquem alternativas e novas práticas contábeis capazes de ajudar no processo de tomada de decisão.

A contabilidade de custos tem um notório papel dentro das organizações, inclusive nas organizações públicas que age na área da saúde. Viceconti e Neves (2012) relatam que:

[...] sua função inicial era fornecer elementos para avaliação dos estoques e apuração dos resultados, mas passou nas últimas décadas a prestar outras funções importantes: a utilização dos dados de custos para auxiliar o controle e a tomada de decisão. (VICECONTI; NEVES, 2012, p. 16)

Além disso, a contabilidade de custos leva aos mais diversos níveis de gerenciamento, ao reconhecimento e à mensuração dos custos, visando assim uma forma de buscar o devido controle nos gastos ocorridos na entidade. Com o avanço no setor de saúde, essa área tem a necessidade de aprimoramento e acompanhamento do desenvolvimento, pois ela é uma área portadora de muitas funções e regulamentos.

A contabilidade de custos para Guimarães Neto (2012) tem a responsabilidade de fornecer a administração, informações relativas aos custos imputados aos produtos e serviços produzidos pela organização. Dentro de uma organização é essencial que se conheça os custos operacionais, pois é através dos dados fornecidos por eles, que a organização consegue alcançar seus objetivos e aplicar os recursos de maneira mais eficiente. Nos últimos anos, a contabilidade de custos adquiriu grande espaço e é alvo de grandes discussões dentro do setor público, sendo considerada como um instrumento valioso nessa área.

Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (BRASIL, 2014) na área pública, a contabilidade de custos é uma significativa ferramenta para o

aprimoramento de resultados, o aperfeiçoamento de processos e a análise de escolhas, permitindo transparência à administração pública, especialmente a qualidade do gasto público. Também ajuda a obter informações preciosas numa entidade, fornece maior clareza onde são cometidos mais desperdícios, redistribui os recursos e proporciona assim melhores resultados para a organização. Ainda segundo Brasil (2014):

O setor público vem tendo um papel preponderante na estabilidade econômica, sendo ator relevante na condução de políticas públicas que influenciam a economia. Assim, a busca de eficiência nos gastos do setor público deve ser direcionada para aumentar a capacidade de gerenciar os recursos à disposição das entidades do setor público (BRASIL, 2014, p. 105).

Com base na Secretaria Municipal de Saúde de Rio Paranaíba - MG, que procura melhorias na área de sua gestão, busca-se averiguar como é o uso das informações de contabilidade de custos na gestão da secretaria? Sendo assim, essa pesquisa objetiva caracterizar o perfil dos gestores da secretaria pesquisada, estabelecendo secundariamente se existem sistemas de custos implantados; demonstrar qual a percepção dos gestores dessa secretaria sobre a importância das informações de custos na gestão da mesma, e por fim, apresentar quais as informações de custos que são utilizadas por esses gestores.

A estrutura desta pesquisa é composta por cinco tópicos, iniciando com a introdução, posteriormente o referencial teórico que sustenta o estudo, em seguida a metodologia de pesquisa. Logo após são descritos os resultados e discussões, onde os dados são analisados e descritos, e por fim, as considerações finais do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade aplicada ao setor público

O serviço público, segundo Kohama (2014) compreende toda atividade derivada do Estado que resulta em ações em prol do bem estar de seus cidadãos. Em qualquer sistema social moderno, verifica-se a necessidade de determinados serviços que devem ser realizados para que essa sociedade possa não apenas se desenvolver, mas também depende desses serviços para sua própria sobrevivência. Quanto mais complexa a organização social, mais complexas serão suas necessidades, conforme cita Rezende e Castor (2005):

A prefeitura possui diversos serviços e procura alcançar diversos objetivos, tais como: satisfazer às necessidades dos munícipes; propor adequada qualidade de vida ao município; estar em permanente desenvolvimento; prestar serviços municipais adequados às necessidades locais; facilitar a geração de empregos; fazer parte de uma comunidade; ter equilíbrio financeiro para seu crescimento; buscar a modernidade; perceber a competitividade entre municípios; entender e aplicar os conceitos de inteligência organizacional. (REZENDE; CASTOR, 2005, p. 66).

Para o referido autor, o serviço público visa o desenvolvimento da sociedade, que pode ser considerado como um aglomerado de trabalhos e bens que propiciam melhorias para a sociedade. A maioria das organizações, segundo Castro (2013) está endividada, ou seja, gastam mais do que possuem, muitas fazem financiamentos, faltam equilíbrio por parte dos gestores e, conseqüentemente, quanto mais despesa, maior é a necessidade de arrecadação da receita.

A área pública no Brasil é marcada, em geral, por problemas relacionados à sua administração, como o alto nível de gastos e a má distribuição dos recursos financeiros disponíveis, ou seja, falta do planejamento do orçamento (KOHAMA, 2014). É fundamental

que se faça um documento no qual mostre o que pretende arrecadar, e de que forma e onde será distribuída a arrecadação.

Um instrumento que é imprescindível para o administrador no controle das despesas é o orçamento. Segundo Piscitelli e Timbó (2014) através dele, pode-se ter uma previsão dos gastos e, com os dados contábeis de períodos anteriores pode-se traçar os objetivos cruzando as informações de receita e despesa, permitindo assim determinar os rumos da tomada de decisão. O orçamento é a ferramenta de que o gestor precisa para a análise de dados futuros.

Para conseguir atingir as metas, Castro (2013) menciona que toda entidade precisa buscar formas, focando sempre em obter melhores resultados, preservando sua existência. Desse modo, para alcançar seus objetivos todo esse percurso passa pela contabilidade, incorporando o controle do orçamento e a manutenção de fundamentos eficazes de controle administrativos de suas ações, tornando assim uma importante aliada para o gestor do setor público na prestação de contas.

Nesse sentido, para essa atuação, faz-se necessário a escrituração de sua movimentação financeira, sendo esta, uma ferramenta de gestão e de controle da sociedade de ações promovidas pelo Estado. Essa escrituração é a Contabilidade aplicada ao setor público, que é um dos componentes mais complexos da contabilidade que busca registrar o custo das ações para atender as pessoas (KOHAMA, 2014).

Novos parâmetros e técnicas contábeis devem ser observados na Contabilidade aplicada ao setor público. Esses parâmetros são importantes principalmente nos dias atuais, em que o cidadão está atento às ações dos administradores. A máquina pública deve ser observada como uma unidade de gestão equivalente as empresas privadas, priorizando a racionalização dos recursos no atendimento às demandas da sociedade.

2.2 Contabilidade de custos no serviço público

A área pública tem uma notável atribuição no âmbito econômico, destacando-se como uma figura essencial no gerenciamento de políticas públicas (BRASIL, 2014). A gestão de saúde merece maior destaque por ser o setor mais voltado à melhoria da população.

Castro (2013) relata que, com o decorrer do tempo, as obrigações dos gestores cresceram, surgindo a partir daí a contabilidade de custos, que auxilia na análise das variações do patrimônio tanto nos produtos, quanto nos serviços e na estrutura da entidade.

A Contabilidade de Custos é uma atividade que se assemelha a um centro processador de informações, que recebe ou obtém dados, acumula-os de forma organizada, analisa-os e interpreta-os, produzindo informações de custos para os diversos níveis gerenciais. (LEONE, 2008, p. 21).

Para Lima (2005), o aumento dos custos dos produtos e as circunstâncias que se encontra de economia de capital devido às múltiplas necessidades, solicita maior discussão do valor social de intervenções das instituições de saúde. É de grande necessidade que se encontre soluções para uma despesa menor na obtenção de determinado resultado e soluções para adquirir a melhoria do resultado com determinada despesa. Segundo o referido autor, a solução para melhor o desempenho na saúde é a apuração dos custos que serve como uma ferramenta eficaz e eficiente de gerencia e de assistência aos serviços. O constante acompanhamento dos custos dos serviços, facilita a introdução de padrões corretivos que proporcionem um melhor resultado nas unidades com base no crescimento da produtividade e da diminuição do uso de recursos.

De acordo com Souza e Clemente (2010) muitas vezes os custos podem ser confundidos com as despesas, apesar de terem significado diferentes, acarretam certa

dificuldade no seu entendimento, e acaba gerando certos conflitos e dúvidas no seu enunciado. Para levantar informações objetivas à apuração dos custos é necessário que se diferencie esses conceitos. O custo é a adição do consumo ocorrido, ou seja, é o consumo do dinheiro, demonstrando a necessidade de obtenção do produto, já a despesa é o valor usado em relação ao sustento da entidade (SOUZA; CLEMENTE, 2010).

O controle e a apuração dos custos devem considerar a qualidade do pessoal, as informações finais, a adequação às necessidades da organização, a dimensão física agregada aos recursos disponíveis e a relação entre sua utilidade e o sacrifício para sua obtenção (MARTINS, 2001).

Os estabelecimentos de saúde não se concentram apenas em hospitais, abrangem também os laboratórios de exame médicos, os postos de saúde, as farmácias municipais, as clínicas médicas, os consultórios, as unidades ambulatoriais, por fim, todas as entidades que oferecem serviços no setor de saúde. Muitos dos problemas encontrados nas instituições de saúde são relacionados à má alocação dos recursos, desigualdades nas condições de acesso, incompetência e crescente aumento dos custos.

Diante disto, a contabilidade de custos no setor de saúde busca ser um mecanismo com grande capacidade e utilidade entre os gestores. Possibilita maior naturalidade e concede informações interessantes dos custos na tomada de decisão e também melhora a avaliação na gestão pública, por exemplo, o custo de cada atendimento médico, ou o custo de cada atendimento de enfermagem. Desse modo, a gestão de custos dentro da área de saúde é de extrema viabilidade para que o gestor público possa administrar de forma eficiente os recursos disponíveis, proporcionando benefícios eficazes à população contábil, com a padronização das contas contábeis de maneira simples e clara.

Viceconti e Neves (2012) destacam que a contabilização de custos não só reduz os gastos, mas também, de modo geral, propicia a melhor maneira de fazer uso desses, assegurando uma visão mais sofisticada e ampla de custos que poderiam ser cortados ou reduzidos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipos de pesquisa

A pesquisa é uma ação direcionada a resolver impasses e determinar meios para esclarecer questionamentos e obter respostas (FONSECA, 2009). Segundo o mesmo autor, as pesquisas podem ser caracterizadas em três categorias: pesquisa descritiva, exploratória e explicativa.

Em relação à pesquisa descritiva, Oliveira Netto (2006) informa que é a mesma parte de um objetivo que serve para reconhecer, averiguar e analisar as características, fatores ou variáveis que estabelecem relação com determinado fenômeno ou processo.

Este estudo se caracteriza como pesquisa descritiva. Quanto aos meios é caracterizado como estudo de caso e pesquisa bibliográfica. Descritiva porque a pesquisa busca fazer uma análise das informações de custos dentro da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Paranaíba – MG. Bibliográfica, pois tem como referência várias obras de diferentes autores. Em relação à perspectiva metodológica este estudo se enquadrou como abordagem qualitativa. Esta pesquisa se define como estudo de caso, Prodanov e Freitas (2003, p. 27) apud Yin (2001, p. 32) conceituam que o mesmo é “[...] um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência.”

A ferramenta usada para a técnica de análise foi um questionário estruturado, que segundo Cervo, Bervian e Silva (2007) é uma das maneiras mais procuradas para fazer a coleta de dados. O questionário avalia com maior exatidão o que se deseja, e nem sempre precisa da presença do pesquisador para que o entrevistado possa responder as perguntas. A realização da coleta de dados foi realizada diretamente com os gestores que operam na área de saúde. A Secretaria Municipal de Saúde de Rio Paranaíba – MG foi verificada como parte principal da população, para assim obter o conhecimento das informações de custos dentro deste determinado setor.

3.2 Coleta e operacionalização do estudo

Com a finalidade de uma melhor compreensão do tema proposto neste trabalho, tomou-se para estudo uma das secretarias existente dentro de uma instituição pública. A unidade é atuante no ramo de saúde.

O objeto de estudo foi os gestores públicos da área de saúde do município de Rio Paranaíba – MG. A assistência à saúde no município é dividida em 4 PSF's (Programa Saúde da Família): PSF Olhos D'água, PSF São Francisco, PSF Novo Horizonte e PSF Rural, além do Hospital Municipal "Dona Maria da Conceição Fantini Valério" e a Clínica de Especialidades.

O questionário foi composto por 24 questões abertas e estruturado em três partes. A primeira parte, busca averiguar o perfil dos entrevistados, a segunda, busca verificar a estrutura da secretaria, e na terceira e última parte, procura investigar as informações contábeis e financeiras, tais como dotação orçamentária, consumo de despesas mensais, percentual de recursos do orçamento global repassado a secretária e controle do custo de cada setor.

A aplicação do questionário foi realizada pelo próprio pesquisador, que foi até a secretaria e aplicou o questionário de forma escrita para cada gestor no período compreendido entre os dias 21 de junho de 2015 e 29 de junho do mesmo ano. Antes, o pesquisador explicou os propósitos da pesquisa. A aplicação se deu aos ocupantes dos cargos de secretário municipal de saúde, subsecretário, aos coordenadores de saúde pública, tais como agente de seção de farmácia, agente de transporte, agente de vigilância epidemiológica e de encaminhamento, agente comunitário de saúde, assistente de administração pública, diretor administrativo e diretor clínico. Aplicou-se quinze questionários, dos quais, três funcionários por falta de tempo não puderam responder, totalizando um total de doze questionários respondidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Apresentação e análise dos resultados

O município de Rio Paranaíba está situado no estado de Minas Gerais, e segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010) apresenta, aproximadamente, treze mil habitantes. Desses habitantes, duzentos e oito atuam na área da saúde pública, exclusivamente, no órgão da Secretaria Municipal de Saúde e demais unidades básicas. O questionário foi aplicado aos principais gestores desse setor, conforme Quadro 1.

Questão	Perguntas	Respostas
01	Função dentro da Secretaria	100% todas relacionadas com a gestão secretaria municipal de saúde
02	Tempo que está nesta função	91,7% com mais de um ano 8,3% com menos de um ano
03	Tempo de experiência nesta área	100% com mais de três anos
04	Formação do entrevistado	58,3% com formação na área de saúde 25% com formação em outras áreas 16,7% com formação em técnico
05	Realização de especialização em qual área	58,3% têm especialização ou mestrado curso na área de saúde 41,7% não têm especialização
06	Acesso às informações contábil/ financeiras da sua secretaria	75% têm acesso em partes 25% não têm acesso
07	Informações contábeis/ financeiras mais acessadas	100% saldo em caixa, fundo a fundo, despesas e contas a pagar

Quadro 1 – Resumo do perfil dos respondentes.

Fonte: Elaboração dos autores.

Em relação à pergunta “função dentro da Secretaria”, 100% dos respondentes estão relacionados com a gestão da mesma. O tempo que os respondentes estão na função, 91,7% relataram que exercem a função a mais de um ano e 8,3% menos de um ano. Quanto ao tempo de experiência, todos os entrevistados afirmaram possuir mais de três anos de atuação na área. Com base na formação, 58,3% dos respondentes alegaram formação na área de saúde, como graduação em Enfermagem ou graduação em Farmácia. Os respondentes que possuem formação em outras áreas, como Direito, Pedagogia e Administração, as percentagens corresponderam a 25%, enquanto 16,7% apresentam curso técnico na área de Administração. A maioria tem especialização e/ou mestrado, totalizando 58,3%. O restante dos respondentes, não tem especialização e nem mestrado, correspondendo a 41,7%.

Em relação ao acesso às informações contábeis e financeiras, 75% dos respondentes tem acesso em partes dessas informações apenas dentro do setor que trabalha e 25% não tem acesso. Dentro das informações contábeis e financeiras mais acessadas, 100% acessam o saldo em caixa, que permite verificar a quantidade de recursos que estão disponíveis para

aplicação. Da mesma forma, acessam o Fundo Nacional de Saúde que repassa os recursos para serem utilizados no Sistema Único de Saúde (SUS). Estes recursos são usados na estruturação da rede de serviços da atenção básica de saúde; no programa de requalificação de Unidade Básica de Saúde (UBS) e nos serviços de atenção às urgências e emergências na rede hospitalar. Os respondentes também acessam as despesas e as contas a pagar.

O Quadro 2 analisa a estrutura básica da secretaria pesquisada, detalhando informações significantes para o entrevistador.

Questão	Perguntas	Respostas
01	Onde é realizada a contabilidade da sua secretaria	100% na Prefeitura Municipal
02	Quantidade de funcionários da secretaria	208 funcionários
03	Existe contabilidade de custos na sua secretaria	100% não existe
04	Existe intenção ou projeto de implantação de contabilidade de custos na secretaria	100% sim existe
05	Existe controladoria interna na secretaria	100% não existe
06	Quantas unidades de saúde existem dentro da secretaria	6 unidades
07	Formação do(a) secretário(a) municipal de saúde	100% direito

Quadro 2 – Estrutura da secretaria.

Fonte: Elaboração dos autores.

Nesta seção da pesquisa, 100% dos respondentes declararam que a contabilidade é feita na Prefeitura Municipal, não sendo realizada na secretaria. Em se tratando da quantidade de funcionários, 100% responderam que existem duzentos e oito funcionários neste setor, e informaram serem pessoas com vínculo na folha de pagamento, ou seja, são contratados, concursados, comissionados, agente políticos ou estáveis. Existem também cargos que não estão inclusos, como exemplo, os médicos que recebem por nota fiscal de serviço prestado.

Dentre os doze gestores pesquisados, 100% afirmaram a não existência da contabilidade de custos na secretaria, e relataram que deveria existir um setor responsável por essa área, enquanto 100% disseram que existe um projeto de implantação. Os respondentes mencionaram que existe o e-SUS Atenção Básica (e-SUS AB), que é um sistema de informatização qualificada do SUS. Este sistema compara-se a um SUS eletrônico, que está sendo implantado. Neste sistema, muitos dados que antes não era possível a verificação, se torna acessível como a quantidade de atendimentos médico, atendimentos de enfermagem, quantidade de exames realizados, etc. Os respondentes também mencionaram que a implantação desse sistema na secretaria facilitará o processo de implantação da contabilidade de custos, trazendo informações que antes não eram disponíveis.

Na pesquisa aplicada foi constatado que não existe controladoria interna na secretaria, 100% dos respondentes alegaram que a mesma se encontra na Prefeitura Municipal de Rio Paranaíba. Todos os entrevistados declararam que na respectiva secretaria encontram-se seis unidades de saúde, e afirmaram que deveriam existir mais unidades, e que não existem por falta de verba. Conforme os respondentes da pesquisa, essas unidades são insuficientes para atender a população, com maior destaque na zona rural que possui apenas um PSF para a região. O número ideal de unidades de saúde na zona rural do município deveria ser, no mínimo, três PSF's para melhorar o atendimento à população rioparanaibana. Em relação ao cargo do secretário municipal de saúde, 100% responderam que o mesmo possui graduação em Direito.

Tabela 1 – Informações contábeis e financeiras da secretaria

Tabela 1 - Informações Contábeis e Financeiras da Secretaria							
Informações de custos	Presença das informações						Total
	Número de entrevistados						
	Sim		Aleatoriamente		Não		
	nº	%	nº	%	nº	%	%
1 – Conhecimento e acompanhamento do saldo em caixa	12	100	0	0	0	0	100
2- Conhecimento da dotação Orçamentária	8	66,7	1	8,3	3	25	100
3 – Acompanhamento do consumo das despesas mensais	8	66,7	0	0	4	33,3	100
4 - Conhecimento do percentual de recursos repassados por cada esfera no orçamento global	6	50	0	0	6	50	100
5- Controle do número de atendimentos realizados em cada tipo de serviço prestado	8	66,7	0	0	4	33,3	100
6- Controle da quantidade de exames solicitados por cada profissional	2	16,7	0	0	10	83,3	100
7- Controle do custo de cada setor	0	0	0	0	12	100	100
8-Controle do custo total mensal de cada Setor	0	0	0	0	12	100	100
9 - Controle do custo de cada atendimento médico	0	0	0	0	12	100	100
10 - Controle do custo de cada atendimento de enfermagem	0	0	0	0	12	100	100

Fonte: Elaboração dos autores.

Nesta parte da pesquisa, os respondentes foram questionados a respeito da utilização de informações contábeis e financeiras existentes na Secretaria Municipal de Saúde. Foram retratadas dez questões para a possível coleta dessas informações. Dentre os respondentes, 100% disseram ter conhecimento e acompanhamento do saldo de caixa, o qual possibilita averiguar a real situação da secretaria e verificar quanto de dinheiro está disponível. Em relação à dotação orçamentária, 66,7% dos respondentes acompanham a dotação, 8,3% raramente e 25% não acompanham. Através do acompanhamento do consumo das despesas mensais, 66,7% dos respondentes tem o controle dessas despesas, e mencionaram que é essencial fazer esse acompanhamento e se tivessem a contabilidade no setor com certeza iriam poder cortar muitos gastos, enquanto 33,3% não fazem esse acompanhamento.

Os respondentes também foram questionados se possuem conhecimento do percentual de recursos repassados por cada esfera no orçamento global. Dentre os respondentes, 50% têm esse conhecimento, e narraram que, para receberem esses recursos, o município tem que contar com o Fundo Municipal de Saúde (FMS), o conselho de saúde, o plano de saúde, os relatórios de gestão, a comissão de elaboração do plano de carreira, os cargos e salários (PCCS), etc. Os respondentes mencionaram se o município não atender a estes requisitos, os recursos podem ser administrados pelo Estado ou pela União. O restante dos respondentes, correspondente a 50% não apresentaram conhecimento do percentual de recursos repassados por cada esfera no orçamento global. Segundo informações obtidas no Portal da Transparência no ano de 2014, o Fundo Municipal de Saúde repassou para o município de Rio Paranaíba – MG um total de R\$ 3.228.071,00 de receita orçamentária para a área de saúde.

Em relação ao controle do número de atendimentos realizados em cada tipo de serviço prestado, 66,7% dos respondentes tem controle somente por estimativas. Em média, no hospital e nos PSF's são realizados 3.000 atendimentos de consultas médicas por mês. Visitas domiciliares dos funcionários dos PSF's, como médico, enfermeira e agente de saúde também são, aproximadamente, 3.000 mensais. Exames, raio-X e laboratório são atendidas 3.500 pessoas por mês. Internações com menos de 24 horas são, aproximadamente, 35 por mês, e urgência e emergência com 24 horas de observação em torno de 800 mensais. Os entrevistados relataram que o e-SUS permitirá o acesso às informações corretas de todos esses atendimentos. Os respondentes que não tem controle da quantidade desses atendimentos representaram 33,3% dos respondentes.

No que se refere ao controle da quantidade de exames solicitados por cada profissional, apenas 16,7% dos respondentes possuem controle por estimativa. São, em média, de 4 a 5 exames realizados no Laboratório e Imagem, respectivamente. Enquanto, 83,3% dos respondentes não possuem controle. Quanto às informações do controle de custos e do custo total mensal de cada setor, de cada atendimento médico e de cada atendimento de enfermagem, 100% dos respondentes afirmam não ter controle.

Neste contexto, é possível considerar que tanto os custos como as despesas, são reflexos dos movimentos exercidos pelos dirigentes de cada unidade organizacional. Percebe-se que a visão dos gestores é pequena quando direcionada a tomada de decisão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estruturação do controle das finanças públicas é um fenômeno que vem sofrendo articulações e mudanças significativas nos últimos anos. Dentro de uma instituição pública, sabe-se que o controle dos custos e despesas incorridas tem um papel essencial no bom desempenho de uma gestão pública. Por meio deste controle, é possível

ter uma visão mais detalhada de seus processos, tomando conhecimento de seus pontos fracos e fortes, conseguindo desse modo, aprimorar suas operações e fundamentar as decisões a serem tomadas de maneira sólida.

É interessante destacar que para uma organização ter uma boa gestão e alcançar bons resultados, é necessário que os gestores tenham amplo acesso ao seu planejamento orçamentário e às informações geradas pela contabilidade para que se possa obter o efetivo controle dos gastos. Essas informações fornecem subsídios para as tomadas de decisões. A área contábil na organização pública é de extrema importância. O contador auxilia os gestores a administrar de forma correta todas as informações relacionadas aos custos, despesas e gastos gerados pelos setores, para que as informações estejam acessíveis aos seus gestores, otimizando assim a administração pública.

A Secretaria Municipal de Saúde de Rio Paranaíba possui poucas informações do controle dos custos, devido à escassez de informações contábeis que não são repassadas aos gestores. A distância entre as unidades da secretaria e o setor contábil dificulta a comunicação entre os agentes controladores de finanças e os gestores das unidades.

As constatações encontradas apontam para uma pesquisa mais ampla na Prefeitura de Rio Paranaíba - MG, englobando as várias secretarias que a compõe.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**. Procedimentos Contábeis Patrimoniais – Parte II, 6. ed. Brasília: Ministério da Fazenda / Secretaria do Tesouro Nacional, 2014.

CARVALHO, D. **Orçamento e contabilidade pública: teoria e pratica e mais de 800 exercícios**. 5. ed. Rio de janeiro: Elsevier, 2010.

CASTRO, D. P. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público: integração das áreas do ciclo de gestão: planejamento, orçamento, finanças, contabilidade e auditoria** organização dos controles internos, como suporte a governança corporativa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

FONSECA, R. C. V. **Metodologia do trabalho científico**. Curitiba: IESB Brasil S.A., 2009.

GUIMARÃES NETO, O. **Análise de custos**. ed. rev. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRARIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de pesquisas, coordenação de população e indicadores sociais. 2014. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun%20=315550>>. Acesso em: 17 out. 2015.

KOHAMA, H. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

LEONE, G. S. G. **Custos: planejamento, implantação e controle**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, C. R. M. **Administração da assistência complementar a saúde**. 1. ed. Rio de Janeiro: E- papers Serviços Editoriais, 2005.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA NETTO, A. A. **Metodologia da pesquisa científica**: guia prático para a apresentação de trabalhos acadêmicos. 2. ed. rev. Florianópolis: Visual Books, 2006.

PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. F. **Contabilidade pública**: uma abordagem da administração financeira pública. 13. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2014.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Lei complementar nº 131 de 27 de maio de 2009**: orçamento do município. 2014. Disponível em <[http:// http://pmrionfe.dyndns.org/portal/](http://pmrionfe.dyndns.org/portal/) >. Acesso em: 17 de out. 2015.

REZENDE, D. A.; CASTOR, B. V. J. **Planejamento estratégico municipal**: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas. 1. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

SOUZA, A.; CLEMENTE, A. **Gestão de Custos**: aplicações operacionais e estratégias. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VICECONTI, P.; NEVES, S. **Contabilidade de custos**: um enfoque direto e objetivo. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Brookman, 2001.